

Segunda parte

Capítulo seis - Irecê: um caso avançado de modernização

John Wilkinson

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WILKINSON, J. Irecê: um caso avançado de modernização. In: *O estado, a agricultura e a pequena produção* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp 167-202. ISBN: 978-85-9966-271-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo seis – Irecê: um caso avançado de modernização

1. Padrões de ocupação e características enquanto zona produtora de alimentos

Se o Projeto de Colonização PEC/SR oferecia condições artificiais particularmente favoráveis para a análise da modernização da agricultura tradicional em pequena escala, Irecê fornece o melhor exemplo proveniente da estrutura socioeconômica do Nordeste.

Num padrão diferente do que se encontra por todo o Nordeste, em Irecê as condições para a produção comercial de culturas alimentares pelo setor agrícola de pequena escala são melhoradas pelo envolvimento análogo de médias e grandes propriedades, que garantiu a concentração de benfeitorias infraestruturais (particularmente estradas asfaltadas ligando a área aos maiores mercados urbanos) e serviços (rede bancária, instalações para armazenagem, serviços de expansão rural), além da forte presença de capitais agroindustriais na área (indústrias de transformação, revendedores de equipamentos e maquinaria agrícolas).

Enquanto o setor minifundiário, como subproduto do latifúndio, teve tradicionalmente seu espaço predeterminado pelas dimensões e demandas do sistema de produção dominante, a ocupação da região de Irecê teve as características de uma situação de fronteira. Como resultado, o setor de pequena produção que surgiu não foi primariamente uma reserva de mão de obra, mas assumiu uma postura típica de agricultura em pequena escala, cuja reprodução é dependente da renda agrícola.

Isto se refletiu no tamanho médio destas propriedades. Em 1950 (ver Tabela 35), de 1.191 propriedades no município de Irecê, 1.026 (86%) tinham menos de 50 hectares. Destas, porém, apenas 136 tinham menos de 5 ha (13%), com uma média de 15 ha para o estrato de 0 a 50 como um todo.

Irecê enquadra-se bem na análise de sistemas de produção sintetizada no Capítulo Três. Antes de sua ocupação pela pequena produção agrícola nos anos 40 a área formava parte de uma vasta zona de criação extensiva de gado. Tal pecuária tradicionalmente ocupou grandes áreas, dando lugar à produção agrícola em bolsões de elevada fertilidade do solo ou condições

climáticas favoráveis, formando assim um sistema de produção combinando pecuária e agricultura diversificada, e provendo condições para a emergência da produção especializada de gêneros alimentícios.

Tabela 35 – Número e área dos estabelecimentos segundo o tamanho do estrato – município de Irecê – 1950/1960/1970/1975

Estrato de área (há)	1950				1960			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
1	1	0,08	-	-	3	0,13	3	0,00
1-2	1	0,08	1	0,00	9	0,37	13	0,01
2-5	135	11,34	556	1,17	131	5,43	493	0,27
5-10	263	22,08	1.985	4,17	332	13,77	2.663	1,40
10-20	341	28,63	4.859	10,22	421	17,46	6.117	3,22
20-50	285	23,94	8.454	17,78	686	28,46	22.589	11,90
Subtotal (A)	1.026	86,15	15.855	33,34	1.582	65,62	31.878	16,80
50-100	81	6,80	5.752	12,09	347	14,39	26.111	13,76
100-200	44	3,69	6.113	12,85	230	9,54	32.679	17,22
200-500	33	2,77	10.914	22,95	207	8,59	61.197	32,25
500-1.000	5	0,42	3.788	7,96	31	1,28	20.207	10,65
1.000 e mais	2	0,17	5.139	10,81	14	0,58	17.687	9,32
Subtotal (B)	165	13,85	31.706	66,66	829	34,38	157.886	83,20
Total Geral	1.191	100,00	47.561	100,00	2.411	100,00	189.764	100,00

Tabela 35 (continuação) – Número e área dos estabelecimentos segundo o tamanho do estrato – município de Irecê – 1950/1960/1970/1975

Estrato de área (ha)	1970				1975			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
1	47	0,91	32	0,01	9	0,23	8	0,00
1-2	108	2,09	164	0,07	27	0,69	45	0,02
2-5	901	17,43	3.205	1,30	506	12,97	1.859	0,75
5-10	982	18,99	7.041	2,87	649	16,64	4.696	1,90
10-20	798	15,44	11.425	4,66	653	16,74	9.361	3,79
20-50	1.169	22,61	37.858	15,43	930	23,84	31.046	12,58
Subtotal (A)	4.005	77,47	59.725	24,34	2.774	71,11	47.015	19,04
50-100	559	10,81	40.232	16,40	479	12,28	34.377	13,92
100-200	368	7,12	50.694	20,66	347	8,90	47.738	19,33
200-500	200	3,87	59.711	24,33	251	6,43	76.155	30,84
500-1.000	30	0,58	21.011	8,56	38	0,97	24.346	9,86
1.000 e mais	8	0,15	14.023	5,71	12	0,31	17.299	7,01
Subtotal (B)	1.165	22,53	185.671	75,66	1.127	28,89	199.915	80,96
Total Geral	5.170	100,00	245.396	100,00	3.901	100,00	246.930	100,00

Irecê, com sua grande chapada de terra altamente fértil, cedo formou um oásis de produção agrícola no sertão baiano. No entanto, embora a ocupação desta área tivesse sido espontânea, sua consolidação foi conseguida através da produção de algodão e, principalmente, mamona para

exportação, controlada pelos maiores capitais comerciais e agroindustriais da região.¹

O potencial particular desta região (composta de terrenos excepcionalmente planos e férteis), e a importância conjuntural da mamona, fizeram-na o objeto privilegiado de intervenção do então recentemente formado organismo federal “Comissão para o Vale do São Francisco”,² levando à concentração de tratores e técnicos de extensão rural na área, transformando rapidamente Irecê no segundo município mais mecanizado do Estado.³

Mas, embora a mamona tenha continuado a ser um elemento básico da produção agrícola desta região, sua persistência deveu-se à sua capacidade de integração a uma produção agrícola predominantemente alimentar, baseada no cultivo *consorciado* de feijão, milho e mamona.

Esta predominância de culturas alimentares ocorreu lado a lado com a explosão do mercado urbano para gêneros alimentícios básicos nos anos 50.

O grau da dependência urbana para com esta região no abastecimento de feijão e milho foi expresso pela ligação inédita da área à capital do Estado por meio de uma estrada asfaltada, conhecida como “Estrada do Feijão” (o que simboliza a subordinação da produção de produtos exportáveis à produção de alimentos para as capitais urbanas). A isto, seguiu-se a construção de uma rede rodoviária semelhante ligando a região às outras capitais do Nordeste.

A contribuição desta região para o abastecimento alimentar urbano do Nordeste, e a prioridade concedida à sua consolidação enquanto zona produtora de alimentos, desmentem os argumentos que analisam a evolução da oferta de gêneros alimentícios básicos exclusivamente em termos de expansão do setor minifundiário tradicional (ver discussão anterior sobre

¹ A família Coelho dominou a comercialização e beneficiamento do algodão, e era a maior força política e econômica tradicional na área do São Francisco que abrange Bahia e Pernambuco. A multinacional SANBRA dominou a industrialização e exportação da mamona.

² CVSF – criada no contexto de uma preocupação na época da Segunda Guerra Mundial, para o desenvolvimento como a base de integração e segurança nacional. A CVSF ficou responsável pelo desenvolvimento de toda a bacia do rio São Francisco.

³ Ver o Censo Agrícola, Bahia 1960.

este tema nos Capítulos Um e Três). De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro Baiano de Abastecimento Alimentar, em 1973 cerca de 34% do consumo de feijão em Salvador dependia de suprimentos provenientes desta única região, embora a maioria de sua produção fosse diretamente para outras capitais nordestinas.⁴

Assim, o surgimento desta zona especializada em produção alimentar era e continua a ser uma pré-condição para a estabilização da oferta de alimentos básicos para as capitais do Nordeste, em rápida expansão.

Embora a abertura desta região nos anos 40 tenha presenciado a consolidação predominantemente de um setor agrícola de pequena escala, a década seguinte testemunhou o espetacular avanço de médias e grandes propriedades em Irecê (ver Tabela 35).

Dos 142.203 novos hectares de terra incorporados, 126.180 ha couberam a fazendas de mais de 50 ha. No entanto, as principais beneficiários não foram “latifundiários” típicos (embora também estes tenham consolidado sua posição), mas proprietários na faixa de 50 a 500 ha, que ficaram com 97.213 ha, ou seja, 77% da nova terra apropriada pelo estrato de mais de 50 ha.

Como resultado, o número de propriedades acima de 50 ha aumentou em 502%, subindo de 14% a 34% de todas as propriedades no município. Em contraste, as de menos de 50 ha aumentaram seu número em apenas 154%, embora a área média tenha subido de 15 para 20 ha.

Nos anos 60, este padrão mudou substancialmente. As novas áreas incorporadas foram divididas igualmente entre os estratos de 0-50 e de mais de 50 ha. Contudo, embora o aumento numérico no estrato de 50 em diante fosse de apenas 140%, e restrito ao grupo de 50-200 ha (com um declínio anual do latifúndio), no estrato de 0-50 o crescimento foi da ordem de 253%; e, se considerarmos separadamente o estrato 0-5 ha, o crescimento foi muito maior – 738%.

⁴ Dados extraídos de *Estudos sobre o abastecimento alimentar da Região Metropolitana de Salvador*, SEPLANTEC, Bahia, (sem data). Este estudo sugere que tais dados exageram um pouco a participação de Irecê, opinião compartilhada pelo consultor da CEPA. Contudo, uma estimativa mais modesta indicaria 20-25%, e portanto uma contribuição ainda decisiva para o abastecimento de feijão de Salvador.

Parece então que nesta década, em consequência da maciça consolidação das médias propriedades nos dez anos anteriores, criou-se uma significativa camada de minifúndios, e sua reduzida área sugere que formaram primariamente uma reserva de mão de obra. Tal hipótese é fortalecida quando consideramos que a área média das propriedades pertencentes ao estrato de 10-50 ha permaneceu estável.

Pareceria então haver-se desenvolvido uma divisão no interior do estrato das pequenas propriedades, com a criação de um setor semiproletariado, cuja reprodução dependeria essencialmente do crescente mercado para trabalho temporário.

Os dados de 1975 mostram mais uma mudança estrutural na ocupação da terra do município de Irecê. As novas terras incorporadas representam apenas 0,6% da terra total, indicando um fechamento da fronteira no município.

A expansão da área ocupada por estabelecimentos de mais de 50 hectares agora ocorre principalmente às custas das propriedades do estrato de 0-50 ha, que declinam enormemente tanto em termos numéricos (de 4.005 para 2.744) quanto de área total (59.725 para 47.015 ha). As mais afetadas estão na categoria de 0-5 hectares (diminuindo de 1.056 para 542), o que indica uma expulsão do setor de mão de obra de reserva para fora do município, rumo às áreas circunvizinhas.

Contudo, o processo de concentração, que nos anos 60 tinha favorecido o estrato de 50-200 ha, nos anos 70 torna-se esmagadoramente restrito ao grupo de 200-500 ha, tendo as propriedades maiores também aumentado seu quinhão. Nesta análise dos dados do Censo Agrícola, evidencia-se que, embora as pequenas propriedades (0-50) tenham permanecido claramente majoritárias – 71% em 1975 elas tiveram um marcado declínio em número, já que nos anos 40 correspondiam a 86% da quantidade total. Este declínio assume a forma de uma crescente dominância de propriedades médias e grandes, cujo número sobe de uma proporção de 14% para 34% de todas as propriedades entre 1950 e 1960.

Embora nos anos 60 o setor produtivo de pequena escala tenha recuperado um pouco de sua relativa predominância numérica (77%), isto ocorreu principalmente com base num aumento das propriedades muito pequenas, que provavelmente constituíam mais uma reserva de mão de obra

que um setor especificamente produtivo em pequena escala. Nos anos 70, a rápida valorização da terra, além das facilidades do crédito subsidiado, num contexto de fechamento da fronteira, levaram à crescente eliminação deste setor minifundiário e um declínio absoluto em todas as propriedades de menos de 200 ha. Assim, enquanto em 1950 a área ocupada pelo estrato de 0-50 ha era exatamente a metade da ocupada pelo grupo de mais de 50 ha, por volta de 1975 a parte que cabia ao primeiro correspondia a menos de um quarto.

Contudo, esta crescente predominância das fazendas médias e grandes não se refletiu nem num retorno à pecuária (que, na sub-região de Irecê, não representa mais de 15% do valor bruto da produção),⁵ nem numa mudança para outras culturas. O algodão, que é cultivado exclusivamente em propriedades médias para grandes e se concentra quase totalmente no município de Irecê, responde por menos de 10% da área cultivada em feijão.

Além disso, o município de Irecê contribuiu, durante este período, com mais da metade da produção total de feijão da microrregião.

Impõe-se portanto a conclusão de que as propriedades de mais de 50 ha contribuem substancialmente para a produção de alimentos básicos da região.

Isto se evidencia se comparamos a área colhida em 75 (e esta é quase sempre bem menor que a área cultivada) com a área total das propriedades no estrato de 0-50 ha. Esta última representa apenas 59% da área colhida de feijão. Isto indicaria que mais da metade da produção de culturas alimentares veio de fazendas médias e grandes. Tal hipótese é confirmada pelo Cadastro do INCRA para 1972, que discrimina a área plantada segundo o estrato.

De acordo com estas cifras, 71% da produção viria de fazendas de mais de 50 ha. No entanto, duas ressalvas poderiam ser feitas aos dados do INCRA. Como as informações deste Instituto se baseiam em propriedades registradas, elas certamente subestimam a participação das propriedades menores, que nem sempre estão legalizadas. Mas isto aparentemente não afetaria seriamente a conclusão geral, pois os dados relativos à área total cultivada são semelhantes aos números do IBGE citados acima.

⁵ *Histórico do PDRI Irecê*, – Unidade Técnica POLONORDESTE, Irecê, 1981.

Em segundo lugar, os dados do INCRA dependem de uma caracterização jurídica da natureza de uma propriedade, e não consideram sua forma de ocupação. Assim, uma grande propriedade pode muito bem estar cultivada na base de múltiplas parcerias e arranjos de arrendamento, e aparecer nos dados como uma única fazenda.

De acordo com o Censo Agrícola para 1975, porém, a parceria e o arrendamento correspondiam a apenas uma pequena fração do total – menos de 1% – das propriedades.

A insignificância da parceria é contestada por uma pesquisa recente realizada na área pelo Centro de Pesquisas e Estudos, Bahia.⁶ Numa amostra aleatória do estrato de 0-50, calculada num nível de confiança de 95%, 32% eram parceiros. Contudo, 70% desta amostra envolveram estabelecimentos de menos de 10 ha, embora este estrato forme apenas 43% do setor de 0-50 ha, segundo o Censo Agrícola de 1975.

Tabela 36 – Produção de feijão segundo a área cultivada por estrato de propriedade do município de Irecê.

Estrato	Número de produtores	Área (ha)
Menos de 1	-	-
1-2	1	1,7
2-5	67	242,8
5-10	199	1.377,4
10-25	503	6.229,0
25-50	502	9.945,5
50-100	403	12.460,5
100-200	290	12.456,5
200-500	183	13.357,9
500-1.000	29	3.767,4
1.000-2.000	6	1.231,9
2.000-5.000	1	258,0
Total	1.682	61.328,6

Fonte: INCRA, cadastro de 1972.

É provável, então, que esta pesquisa superestime grandemente a proporção dos parceiros no estrato de 0-50 como um todo.

⁶ Pesquisa sobre associativismo entre os pequenos produtores rurais de Irecê, SEPLANTEC, CPE/GTEP, 1981.

Porém, mesmo se aceitarmos um número tão alto quanto 40% do estrato de 0-10 ha compreendendo parceiros, e calcularmos na base de 5 ha por estabelecimento, segundo o censo de 75, cerca de 2.400 ha poderiam ter sido plantados por parceiros, o que representaria apenas 3% da área total colhida em 1975. Podemos dizer então que, embora a parceria esteja provavelmente subestimada no Censo Agrícola, ela não representa uma forma significativa, e muito menos típica de cultivo da área no caso das propriedades maiores.

Devemos então concluir que, embora o município de Irecê tenha sido considerado, desde os anos 50, a mais importante região produtora de culturas alimentares comercialmente em pequena escala, o grosso da produção total tem tendido a tornar-se concentrado em fazendas médias a grandes, cujos proprietários são produtores diretos. As condições peculiares da região permitiram a completa mecanização das fases de preparo do solo e plantio, possibilitando a consolidação de fazendas médias a grandes que praticam culturas alimentares comercialmente. Além disso, o crédito subsidiado nos anos 70 veio privilegiar ainda mais as propriedades maiores no estrato de mais de 50 ha, particularmente aquelas entre 200 e 500 ha.

2. Dados globais sobre a evolução do POLONORDESTE

No entanto, apesar desta retração do setor de pequena produção, os dados globais do Programa POLONORDESTE, em contraste com o exemplo de Paraguaçu, atestam o caráter mais dinâmico do pequeno produtor em Irecê, e as vantagens da homogeneidade dos sistemas de produção que predominam na área. Este dinamismo maior, porém, como veremos adiante neste Capítulo, não implica necessariamente que o POLONORDESTE tenha tendido a reconsolidar este setor de pequenos produtores, revertendo o processo de marginalização analisado acima. Nos quatro anos, entre 1977 e 81 (ver Tabela 37), o número de produtores incorporados ao mecanismo de crédito orientado do programa cresceu de maneira estável, dando um enorme salto no último ano para o qual existem dados disponíveis. A área média cultivada também tendeu a crescer⁷:

⁷ Os dados globais referem-se aqui aos onze municípios do POLONORDESTE, e não apenas ao município de Irecê. Assim, eles provavelmente subestimam as tendências observadas. Em nossa análise detalhada do público do POLONORDESTE, mostrada em seções anteriores deste Capítulo, estaremos nos referindo especificamente a produtores do município de Irecê,

Tabela 37 – POLONORDESTE: Irecê. Número de planos de crédito e área média cultivada – 1977/81.

Ano agrícola	Número de planos	Área média
1977/78	1.240	7,8
1978/79	2.172	7,3
1979/80	3.882	11,0
1980/81	9.023	10,6

Fonte: Unidade Técnica POLONORDESTE, Irecê.

Não temos os dados sobre a representação proporcional dos diferentes estratos contidos na camada entre 0 e 50 ha, que define o público do programa, e então é possível que este aumento na área média cultivada represente a incorporação diferencial dos estratos maiores em anos subsequentes.

Contudo, a manutenção de uma área quase igual à do ano anterior em 1981, apesar do aumento do número de usuários de crédito em quase três vezes – aumento este que deve ter envolvido a incorporação de uma grande parte do estrato inferior – sugere uma tendência de aumento na área cultivada como efeito da incorporação ao crédito orientado oficial.

Tal hipótese é confirmada por uma investigação dos que usaram o crédito nos anos de 1977/78. Comparando-se o tamanho total das propriedades com a área cultivada nestes dois anos, observou-se que 60% dos que tinham possibilidade de expansão aumentaram sua área cultivada de um ano para o seguinte.

Estas cifras certamente subestimam a tendência de aumento da área cultivada, visto que o tamanho total da propriedade não é necessariamente igual à área total passível de cultivo. Realmente, 21% não foram capazes de aumentar sua área, e dos que o fizeram, 35% não teriam condições de aumentar sua área no ano seguinte.

Examinaremos os limites estruturais impostos pelo tamanho das propriedades numa seção ulterior deste Capítulo. Está claro, porém, que em todos os três projetos examinados o aumento na área cultivada é uma tendência constante. Isto sugere que, quaisquer que tenham sido as

dado que: 1. o grosso do PDRI Irecê tem-se concentrado lá (em 79/80, 44% dos que receberam crédito provinham deste único município); e 2. o processo de modernização, e portanto suas implicações também, estão mais claramente desenvolvidos neste município.

melhoras alcançadas em termos de produtividade por unidade cultivada, elas não foram suficientes para conter esta tendência de aumento absoluto na área plantada. Só no caso de Irecê temos evidências de um aumento considerável de produtividade, que, pelo menos em parte, pode ser correlacionado com a adoção de insumos modernos, no caso sementes melhoradas.⁸ Aparentemente, a imprevisibilidade das colheitas é em si mesma suficiente para eliminar uma confiança exclusiva na produtividade por unidade cultivada. Mesmo no caso da incorporação de insumos modernos, a tendência é de um aumento concomitante na área total cultivada.

Assim, o pressuposto da estratégia modernizadora – de que um aumento em produtividade pode compensar a exiguidade da área cultivada, tomando o minifúndio uma unidade produtiva viável, o que diminuiria a pressão pela reforma agrária – parece ser irrealista, na prática.

Os dados de Irecê também confirmam a correlação observada, particularmente no Capítulo anterior, entre envolvimento com o crédito de custeio oficial e a tendência para uma dependência paralela do crédito de investimento, que aumentou de 11% do total em 1978/79 para 40% em 1980/81, matéria que examinaremos mais detalhadamente adiante, neste Capítulo.

3. Resultados da pesquisa sobre o setor minifundiário de Irecê

Antes de examinar com mais detalhe a dinâmica do POLONORDESTE em Irecê, consideraremos brevemente as conclusões de uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos do Estado da Bahia entre os pequenos produtores do município de Irecê, para ver até que ponto esta pesquisa pode captar as características particulares do público do POLONORDESTE.⁹

O objetivo desta pesquisa era analisar as formas de associação existentes no estrato de pequenos produtores, não tendo portanto a intenção

⁸ Aqui os cálculos se baseiam nos dados das agências bancárias locais sobre os usuários do crédito do POLONORDESTE.

⁹ Em 79, a produtividade média de feijão em Irecê subiu a 672 kg por ha, contra 311 no ano anterior. Isto foi atribuído em parte à introdução de uma nova variedade de sementes rústicas e resistentes.

de avaliar o POLONORDESTE, nem privilegiar o público deste Programa na sua amostragem.

Como observamos acima, esta amostra exagera o peso do grupo de 0 a 10 ha no município de Irecê, visto que este último corresponde a apenas 43% do estrato de 0-50 ha, segundo o Censo de 1975, enquanto constitui 70% da amostra da pesquisa. Como resultado, embora em 79/80 61% dos integrantes do estrato de 0-50 no município de Irecê fossem usuários do crédito do POLONORDESTE, apenas 19% na amostra da pesquisa recebiam crédito oficial.¹⁰

Vários indicadores confirmam a hipótese de que esta amostra reflete predominantemente as condições da camada inferior dos pequenos produtores. Apenas 32% declararam-se proprietários, e a grande maioria compreendeu parceiros, arrendatários, simples trabalhadores rurais, ou plantadores de terra cedida temporariamente.¹¹ 66% dos entrevistados, além de cultivar seus próprios lotes de terra, tinham outras ocupações (agrícolas, em 67% dos casos).¹² Além disso, 77% tinham a renda familiar bruta (de todas as fontes) inferior a três salários mínimos.¹³

Porém, embora a maioria destes produtores tenham características de mão de obra de reserva,¹⁴ é a agricultura comercial, e não de subsistência, que predomina entre eles, e neste ponto eles podem fornecer indicações sobre as características do público do POLONORDESTE.

O sistema de produção dominante empregado é a plantação mista de feijão/milho/mamona, que, como vimos, é o sistema predominante na região toda para pequenos, médios e mesmo grandes fazendeiros. 72% dos que declararam colheitas no ano anterior empregaram este sistema, e, destes, 62% venderam mais de 70% de sua produção de feijão, 53% venderam mais de 70% de seu milho, enquanto naturalmente toda a

¹⁰ Ver *Pesquisas sobre associativismo entre os pequenos produtores rurais de Irecê*, SEPLANTEC-CPE/GTEP, 1981 (mimeo).

¹¹ Vol. 2, p. 138.

¹² *Op. cit.*, vol. 2, p. 45.

¹³ *Op. cit.*, vol. 2, p. 48A.

¹⁴ *Op. cit.*, vol. 2, p. 51A.

produção de mamona foi comercializada. Além disso, 55% dos que usaram este sistema de produção plantaram mais de 90% da área total de sua terra.¹⁵

É esta série de fatos que explica porque, embora 70% dos entrevistados tivessem pelo menos um membro da família trabalhando em outras fazendas na safra anterior, muitos deles (57%) contrataram mão de obra, deles próprios.¹⁶ Temos aqui um claro exemplo do caráter estrutural do trabalho não-familiar no contexto da produção comercial, em oposição à de simples subsistência.

Também é interessante observar que, embora várias formas de ajuda mútua fossem a resposta tradicional a esta carência de mão de obra no sistema de produção familiar, estas trocas de serviço entre iguais desempenham um papel mínimo no trabalho destas pequenas propriedades, que é esmagadoramente assalariado.¹⁷ Além disso, na questão relativa às características destes assalariados, 70% responderam que eles eram agricultores sem-terra; e, dos que trabalhavam eles próprios em outras propriedades, 84% indicaram a necessidade econômica como a força motivadora para seu trabalho como assalariados.¹⁸

Estas conclusões confirmam a pesquisa do PEC/SR, indicando que o trabalho assalariado temporário na pequena produção não pode ser encarado como a expressão monetarizada de padrões tradicionais de ajuda mútua.¹⁹ Um exemplo deste fenômeno é fornecido por Leon Zamosc, em seu estudo da produção camponesa de sisal na Colômbia.²⁰ Uma das principais características desta prática observada por Zamosc é a natureza simbólica

¹⁵ Muitos (25%) não declararam colheita. Embora uma parte desta cifra tenha-se devido a respostas erradas, a falta de acesso à terra foi citada como uma importante razão (ver *Op. cit.*, vol. 2, p. 75).

¹⁶ *Op. cit.*, vol. 2, p. 72 e p. 76.

¹⁷ *Op. cit.*, vol. 2, p. 58 a 70 (dados sobre trabalho familiar e contratado).

¹⁸ *Op. cit.*, vol. 2, p. 64.

¹⁹ *Op. cit.*, vol. 2, p. 61.

²⁰ Cf. *El fique y las empaques en Colombia*, Leon Zamosc, Bogotá D.E., 1980 (mimeo), p. 190 e seguintes. Parece que as fortes tradições comunitárias e a produção unificada de uma cultura comercial e a produção unificada da ajuda mútua a uma economia monetarizada. Mas mesmo lá a prática se limita aos camponeses mais pobres, e unicamente no período de colheita, sendo o assalariamento temporário, como meio de complementar a renda, a prática dominante, mesmo neste setor.

do pagamento em dinheiro, que é bem inferior ao salário diário normal na região.

Como vimos no caso do PEC/SR, o salário médio era consideravelmente maior que o previsto nos cálculos do crédito oficial. Em Irecê, segundo o relatório da Unidade Técnica,²¹ os pequenos produtores tendem a pagar um salário-dia mais alto que os fazendeiros das propriedades maiores, possivelmente devido a dificuldades em garantir o recrutamento da mão de obra por períodos mais curtos. Este emprego de mão de obra assalariada também não se restringe a uma fase do ciclo agrícola. Enquanto a uma questão aberta 78% responderam citando a colheita como um dos períodos em que se contratava trabalho, apenas 34% disseram contratar mão de obra exclusivamente para a fase de colheita. 27% indicaram a estação de plantio junto com outros períodos, 25% indicaram preparo do solo, e 24% a fase de tratos culturais.²² Embora o período da safra seja claramente dominante, ele não é de modo algum o único em que se recorre a trabalho assalariado.

O número de trabalhadores contratados por estabelecimento também atesta a importância do trabalho não-familiar, como demonstra a Tabela 38.

Tabela 38 – Discriminação do trabalho temporário contratado por estabelecimento agrícola.

Nº. de trabalhadores tempo	Nº. de estabelecimentos	% do total de estabelecimentos
1-2	21	20,19
2/3-5	43	41,35
6-10	24	23,08
11-20	07	6,73
21-30	07	6,73
31 ou +	02	1,92

Fonte: Pesquisa da SEPLANTEC – CPE/GTEP, *op. cit.*, vol. 2, p. 66.

Como se vê na tabela, cerca de 40% dos que contratam mão de obra empregaram mais de seis trabalhadores por estabelecimento, em momentos variados do ano agrícola anterior.

²¹ Ver *Histórico do PDRI Irecê*, Unidade Técnica de Irecê, p. 6.

²² *Pesquisa sobre associativismo*, *op. cit.*, vol. 2, p. 69.

Infelizmente, esta pesquisa não investiga a correlação entre os que contratam trabalho e os que trabalham eles próprios fora de seu estabelecimento. Também não determina a importância de variáveis tais como o tamanho do estabelecimento, o uso do crédito oficial, e a sua relação com a predominância da contratação de mão de obra ou da busca de emprego fora do estabelecimento. Apesar disso, por mostrar o peso da agricultura comercial, a importância e o caráter especificamente mercantil do trabalho contratado, numa amostra que privilegia os menores dentro do setor dos pequenos produtores, esta pesquisa nos fornece um importante ponto de referência para o exame do público do POLONORDESTE.

4. Evidências obtidas na pesquisa de campo da EMATERBA

Estes dados sobre a contratação de trabalho contrastam agudamente com os resultados *publicados* na pesquisa de campo realizada pelo serviço de Assistência Técnica, nos onze municípios que formam o público do POLONORDESTE, em julho de 1978.²³

Embora os entrevistados não tenham sido escolhidos com base em critérios de amostragem específicos, a pesquisa pode reivindicar representatividade com base em: *a)* seu tamanho: 2.341 entrevistas espalhadas por todos os onze municípios, compondo uma média de 10,8% da população agrícola total; *b)* a inclusão prioritária de agricultores no estrato de 0-50 ha, que constituem 81% da amostra total.

Além disso, diferentemente da pesquisa anterior, o estrato de 0-10 ha representou apenas 41% do público entrevistado no setor de 0 a 50. Embora para a região como um todo isto subestime a participação do grupo entre 0 e 10, na mesma medida em que a pesquisa anterior a superestimava, representa um reflexo mais exato da distribuição da população no município de Irecê, que é o objeto específico de nossa análise.

De acordo com a tabela publicada acerca do caráter do trabalho agrícola, apenas 40,5% dos estabelecimentos empregam trabalho não-familiar, conclusão que se repete no texto do relatório da pesquisa.²⁴

²³ Cf. *Levantamento da realidade agrícola da Região de Irecê*, EMATERBA, Irecê, Bahia, 1980.

²⁴ *Levantamento...*, *op. cit.*, p. 50.

Porém, cerca de 67% do total de entrevistados deram respostas indicando formas de pagamento empregadas para mão de obra não-familiar, o que levantou dúvidas acerca da confiabilidade dos dados.²⁵

Felizmente, foi-nos dado acesso aos questionários desta pesquisa, e foi possível confirmar que esta baixa percentagem era resultado de um erro no processamento dos dados.²⁶ Dos números que serviram como fonte, verifica-se que 67% dos entrevistados declararam-se usuários de mão de obra não-familiar, cifra compatível com a pesquisa anterior.

Embora os resultados não discriminem as respostas a esta questão segundo o estrato de área ou o emprego ou não do crédito, pudemos examinar os dados para o município de Irecê, isolando o estrato de 0-50. Na tabela que se segue, podemos ver confirmado este elevado e generalizado emprego do trabalho não-familiar. Mais importante ainda, porém, é a evidência de que os usuários do crédito tanto intensificam o emprego do trabalho não-familiar quanto diminuem agudamente a frequência com que empregam a si mesmos fora de sua propriedade. Estas conclusões confirmam os dados análogos discutidos no Capítulo sobre a região de Paraguaçu.

Tabela 39 – Proporções da contratação de trabalho e do emprego do trabalho familiar fora do estabelecimento discriminadas segundo o uso ou não do crédito.

Uso ou não do crédito	Proporção dos que contratam		Proporção dos que trabalham fora	
	Sim	Não	Sim	Não
Não-usuários	43 (60%)	29 (40%)	39 (55%)	32 (45%)
Usuários	173 (84%)	33 (16%)	74 (35%)	138 (65%)

Fonte: Cálculos a partir dos questionários da pesquisa *Levantamento...*, *op. cit.*

Nas razões apresentadas para o trabalho fora do próprio estabelecimento, fica claro que este trabalho não é encarado como um simples intercâmbio de serviços que agora assume uma forma monetária. De 1.089 entrevistados, 250 alegaram a exiguidade de suas propriedades;

²⁵ *Levantamento...*, *op. cit.*, p. 54.

²⁶ Queremos enfatizar que esta pesquisa foi um ambicioso empreendimento, levado a cabo por iniciativa do pessoal da assistência técnica residente na área em acréscimo às suas atividades profissionais normais. Apesar deste erro isolado na elaboração dos resultados, a pesquisa como um todo é uma fonte extremamente valiosa para quem deseje estudar a dinâmica da região de Irecê em anos recentes.

532 apontaram para a necessidade de aumentar a renda e 200 indicaram a falta de crédito.

Estes dados confirmam tanto a nossa conclusão de que o crédito é o elemento decisivo a permitir a fixação do trabalho familiar (o crédito é também uma solução para a “necessidade de aumentar a renda”), quanto mostram os limites impostos a esta absorção pela estrutura agrária.

Os dados desta pesquisa também deixam claro que existe uma tendência dos que trabalham fora de seu próprio estabelecimento empregarem menos trabalho não-familiar que os que não trabalham fora, tendência esta comum tanto a usuários quanto a não-usuários de crédito. Para os usuários, 88% dos que não trabalham fora como assalariados empregam trabalho não-familiar, percentagem que cai para 67% no caso dos que trabalham fora. Entre os que não usam o crédito, 41% dos que trabalhavam fora também empregavam trabalho de fora, número que sobe para 78% no caso dos que não trabalhavam fora.²⁷

Deste modo, as evidências sugerem fortemente que, embora um intercâmbio de trabalho seja comum *de facto*, ele não é encarado como uma prática normal, mas como um produto da necessidade econômica, e que a incorporação ao crédito oficial reduz drasticamente o recurso ao trabalho fora dos estabelecimentos, ao mesmo tempo em que aumenta significativamente a contratação de trabalho.

Os dados globais da pesquisa confirmam o caráter fortemente comercial do trabalho não-familiar, tendo 1.509 declarado pagamento em salário, 11 pagamentos em espécie, e apenas 54 indicando uma troca de serviços.²⁸ Além disso, no município examinado (Irecê), no estrato de 0 a 50 só foram mencionados dois casos de ajuda mútua.

Tivemos a oportunidade de confirmar o peso desta mão de obra contratada em nosso próprio exame dos registros de clientes do POLONORDESTE elaborados pelas equipes da Assistência Técnica da EMATERBA. Em duas de suas seis agências, 88% dos 398 registros

²⁷ Cálculos a partir dos questionários da pesquisa *Levantamento...*, *Op. cit.*

²⁸ *Levantamento...*, *Op. cit.*

completos consultados de pessoas que trabalhavam com crédito indicaram emprego de mão de obra contratada.²⁹

5. Crédito de investimento e o público do POLONORDESTE

Se a relação entre o crédito oficial e uma crescente dependência para com o trabalho assalariado é plenamente confirmada no caso de Irecê, não menos verdadeira é a relação entre o recurso ao crédito de custeio e a procura do crédito de investimento, cuja contribuição relativa no crédito total cedido aumentou de 11% para 24% e para 40% nos três anos para os quais dispomos de dados. Os dados de Irecê corroboram portanto os resultados do PEC/SR, e sublinham tendências apenas parcialmente visíveis no exemplo de Paraguaçu.

No caso da agência da EMATERBA de Irecê, pudemos examinar os registros dos clientes do POLONORDESTE empregados por cada equipe da assistência técnica durante a safra de 80/81. Como se pode ver na Tabela 40, de um total de 1.311 produtores, 653, ou 50%, também recorreram a crédito de investimento. Porém, se deixarmos de lado a equipe 4, que é atípica, este número sobe para 62%, uma média extremamente elevada, quando se reconhece que o crédito de investimento não é procurado todos os anos.³⁰

Tabela 40 – Envolvimento do público do POLONORDESTE com crédito de investimento: Irecê.

Equipes da assistência técnica	Público do POLONORDESTE assistido ³¹	Usuários do crédito de investimento
1	298	122
2	193	176
3	261	118
4	292	27
5	271	210
<i>Total</i>	1.1311	653

Fonte: Cálculos a partir dos registros da Assistência Técnica, agência de Irecê.

²⁹ Dado recolhido durante a pesquisa de campo em julho de 1981 nas agências de Central e Presidente Dutra.

³⁰ Devem-se considerar também os limites impostos à cessão de crédito de investimento pelas agências bancárias, que tendem a limitar a demanda real.

³¹ Também inclui os assistidos que não usam crédito, o que deve significar que a percentagem do crédito de investimento sobre o de custeio é substancialmente maior.

Se desmembramos este crédito de acordo com os diversos itens financiados, podemos observar um quadro de certo modo semelhante ao do caso de PEC/SR, conforme se vê na Tabela 41.

Tabela 41 – Discriminação dos itens financiados pelo crédito de investimento de acordo com os dados da agência da EMATERBA.

Desmatamento	Limpeza do terreno	Cercas	Depósitos	Tanques	Carroças	Animais (tração)	Melhorias domésticas	Equipamento (var.)	Outros
463	122	391	127	82	79	91	59	37	17

Fonte: Cálculos a partir de registros da Assistência Técnica, agência de Irecê.

Assim, os maiores compromissos advindos da incorporação à produção subsidiada pelo crédito oficial levam a uma necessidade de melhoramentos básicos nas propriedades, e, no contexto da rápida valorização da terra, à necessidade de se estabelecerem de forma indiscutível os direitos sobre a propriedade inteira, especialmente face à tendência de aumento contínuo na área cultivada.

A Tabela 42, que discrimina a distribuição do crédito de investimento segundo o estrato de área em comparação com os dados para o público total incorporado ao POLONORDESTE, mostra que esta tendência é comum a todas as propriedades, sem modificar-se muito para as de menor estrato. Mas a renda agrícola e, portanto, a área passível de ser cultivada, determinam as somas do crédito de investimento cedidas, o que cria “economias de escala” dentro da camada de pequenos produtores.

Tabela 42 – Comparação da distribuição dos créditos de custeio e investimento entre os estratos de área.

Estratos de área	Crédito de custeio		Crédito de investimento	
0-10	344	26%	121	20%
10-20	266	20%	179	30%
20-50	580	44%	248	41%
50+	121	9%	58	9%
Total	1.311	100%	606	100%

Fonte: Cálculos a partir de registros da Assistência Técnica, agência de Irecê

6. Caracterização do pequeno agricultor modernizado

Assim, o caso de Irecê, devido às peculiaridades de sua estrutura agrária, evidencia da maneira mais aguda as tendências básicas que estavam parcialmente visíveis na região de Paraguaçu, e mais claramente expressas nas condições artificiais do PEC/SR.

Como consequência desta nova dinâmica criada pela incorporação às estruturas do crédito oficial, temos, em primeiro lugar, a transformação do minifundiário num agricultor em tempo integral, cuja renda portanto dependerá agora da produção de seu estabelecimento, ou, mais exatamente, do preço de mercado de seus produtos.

Ao mesmo tempo, o crédito oficial exige a absorção de insumos modernos como condição para a produção. Embora este processo esteja em sua fase inicial, e enquanto, por exemplo, no caso das sementes melhoradas, a falta de suprimento, a má qualidade, e as condições climáticas desfavoráveis possam permitir que os agricultores continuem a usar suas próprias sementes sem serem identificados, é óbvio que na região de Irecê a adoção de sementes melhoradas está rapidamente ganhando terreno. Em 78/79, a Cooperativa de Irecê produziu 771 hectares do feijão melhorado – IPA 74-19. Em 80/81, esta área tinha aumentado para 5.999 ha. Além disso, um total de 1.200 toneladas de sementes melhoradas de feijão foram computadas nos planos de crédito do POLONORDESTE para 1980/81.

O emprego de defensivos é mais difícil de ser calculado, mas a condição para se entrar no esquema do seguro de crédito é a apresentação das notas de compra dos insumos para os quais o crédito fora liberado. Embora isto também seja suscetível de sonegação, e a venda de notas falsas seja um florescente novo ramo de negócios, a tendência é de uma dependência crescente também do emprego de defensivos, de acordo com o Relatório da unidade técnica mencionado acima.³² Cerca de 867t de defensivos foram incluídas nos planos de crédito do POLONORDESTE para 1980/81.³³

³² *Histórico do PDRI*, Irecê, Unidade Técnica de Irecê, p. 8.

³³ *Op. cit.*

Assim, a integração ao crédito oficial não vem simplesmente criar ou consolidar produtores simples de mercadorias, mas, especificamente, produtores que incorporam insumos modernos como condição para o processo produtivo. Entre o trabalho do agricultor e sua terra, interpõem-se meios de produção adquiridos, cujos preços são determinados pelo setor agroindustrial. Deste modo, os diferentes capitais que compõem o setor agroindustrial combinam-se para impor, via mecanismo de preços, ritmos de produtividade que apenas tenderão, por sua vez, a uma crescente deterioração nos preços relativos. Além disso, embora em conjunturas favoráveis como as colheitas recentes de Irecê os preços dos produtos agrícolas possam subir mais que a inflação, tais preços têm tendido a crescer significativamente menos que os dos insumos agrícolas. De acordo com dados da CEPA-Ba, os preços de pesticidas e fertilizantes para o agricultor aumentaram em 571% nos anos entre 1977 e 80, enquanto os preços médios pagos pelos três produtos que predominam na região de Irecê subiram em apenas 401% no mesmo período.³⁴

Podemos dizer então que o pequeno agricultor em processo de modernização não produz mais para a satisfação direta das necessidades de subsistência de sua família, nem de acordo com os preços de mercado de seus produtos em comparação com os preços de outros artigos de necessidade básica, como seria o caso da produção simples de mercadorias tradicional. Neste último caso, um rebaixamento nos padrões de vida poderia compensar os preços comerciais desfavoráveis ao produtor. O pequeno agricultor em processo de modernização tem agora de produzir em função dos novos custos de produção determinados pelo setor agroindustrial, que por sua vez são agora a condição para o acesso ao crédito oficial.

Além disso, sua produção deve agora cobrir também o custo de pagamento do crédito de investimento, que se tomou, como vimos, uma parte integrante deste processo de modernização.

A tendência de aumento da área cultivada, portanto, não é simplesmente o produto da transformação do minifundiário num agricultor em tempo integral; ela é determinada pelos crescentes custos monetários de seus encargos econômicos. Por outro lado, o fato de que o agricultor não

³⁴ Cálculos do autor.

conta mais com a renda obtida em trabalho fora de seu estabelecimento leva a uma dependência maior do crédito enquanto base da manutenção familiar. A área cultivada pelo agricultor em processo de modernização toma-se produto de um cálculo das necessidades de subsistência na base da renda líquida obtida na colheita mais o crédito, sendo os termos comerciais desfavoráveis (produtos agrícolas x insumos) e a dependência para com o crédito de investimento compensado, quando possível, por um aumento adicional da área cultivada. Mais adiante, neste Capítulo, analisaremos esta questão da nova economia de escala como produto da integração às estruturas do crédito oficial.

Uma consequência crucial deste processo é que não há mais qualquer relação imediata entre o suprimento de trabalho familiar e a definição de planos de produção. Como resultado, o trabalho assalariado toma-se uma parte estrutural do sistema de pequena produção familiar.

A característica básica geral de todo este processo, portanto, é a mercantilização sempre crescente de elementos do processo de trabalho, e é neste contexto que examinaremos a estratégia da assistência social do POLONORDESTE que intervém na região de Irecê.

7. Mercantilização x associativismo

Como assinalamos em nossa discussão do exemplo de Paraguaçu, o motivo básico subjacente às tentativas de organizar o público do POLONORDESTE numa base coletiva é a necessidade de reduzir os custos de um programa planejado para envolver milhares de agricultores e suas famílias:

A abordagem associativista deriva portanto da necessidade de reconciliar o elevado número de agricultores carentes com as limitações econômicas do programa, permitindo assim uma melhor distribuição das oportunidades de assistência.³⁵

No entanto, na região de Irecê, as tentativas de promover o associativismo ultrapassam o simples critério de eficiência, e são planejadas como uma pré-condição para o sucesso do programa. Em sua formulação mais geral, esta posição enfatiza a participação, e portanto a organização coletiva, como elementos-chave para a receptividade em relação aos

³⁵ *Análise da ação social junto ao trabalho de produção em Irecê*, EMATERBA, Bahia, 1980.

objetivos do programa.³⁶ Mas dois argumentos mais específicos são apresentados para a promoção do cooperativismo ao nível da produção: o uso cooperativo do trabalho e do equipamento agrícola pode compensar a falta de recursos; e compras e vendas feitas coletivamente podem criar economias de escala e, com isso, condições de competitividade em relação aos médios e grandes agricultores na área.

Consequentemente, os assistentes sociais que formam parte da equipe de extensão rural promovem a organização de agricultores em grupos de produtores, e, no interior destes, procuram estimular o uso comunitário do trabalho e do equipamento (invocando as formas tradicionais de ajuda mútua), cessão gratuita de terra a agricultores não-proprietários, compras e vendas em comum, e; de um modo mais geral, a auto-organização como método de resolver problemas.³⁷ Tivemos oportunidade de examinar os relatórios sobre os resultados do desenvolvimento destes grupos de produtores em quatro municípios. Tais relatórios, embora baseados em critérios muito subjetivos³⁸ e tendo portanto um valor limitado, mostram resultados muito modestos, com exceção do emprego do trabalho comunitário no município de Canarana.

A maioria destes grupos (sem o município de Canarana, a esmagadora maioria) mostram pouca ou nenhuma resposta a estas tentativas de organização coletiva.

Apesar disso, os relatórios globais sobre a atividade da assistência social concluem:

³⁶ Este tema, beneficiando-se da “abertura” brasileira, mas refletindo uma tendência mais geral em relação aos programas de desenvolvimento rural, está fortemente presente na linha dos documentos da SUDENE-OEA (Organização dos Estados Americanos). Cf. *Uma visão geral do funcionamento do Programa POLONORDESTE*, Raul Fiorentini e John Redwood III, Recife, 1980; e especialmente *Características e consequências do POLONORDESTE e análise preliminar das necessidades de capacitação dentro do Programa*, dos mesmos autores, SUDENE-OEA, Recife, 1980.

³⁷ Esta “auto-organização” significa essencialmente autoajuda, que também barateia os custos do Programa mobilizando o trabalho não pago do público do POLONORDESTE. Por outro lado, a auto-organização pode aumentar as reivindicações dirigidas ao POLONORDESTE pelo público visado. Deste modo a participação, ao expor os limites do programa, corre o risco de desmoralizá-lo. Isto já ocorreu em Irecê, e levou a uma certa cautela em relação a este tipo de assistência social.

³⁸ A imprecisão dos critérios e o fato de que estes relatórios refletem o desempenho dos técnicos provavelmente também levam a interpretações muito generosas dos resultados.

Evidencia-se assim que os valores sociais do associativismo, solidariedade e cooperativismo são adotados por uma grande parte dos agricultores assistidos (*Op. cit.*, p. 20).

Porém, se examinamos os dados apresentados neste documento referentes a Realizações de Grupos nos três anos 1977/80, mencionam-se apenas 70 grupos de produtores que teriam empregado formas de ajuda mútua durante o ciclo agrícola, o que representa somente 22% dos 320 grupos organizados na região neste período.³⁹ Além disso, é significativo que o município de Irecê esteja ausente da lista de localidades que praticariam ajuda mútua.

Afirma-se que 36 grupos (12%) estiveram envolvidos com vendas conjuntas de produtos agrícolas (embora no corpo do texto o número fornecido seja de 5%). E não há menção a compras ou uso conjunto de equipamento agrícola.

Portanto, apesar de uma contínua tentativa de se manterem ou ressuscitarem práticas coletivas tradicionais, apoiada na plena autoridade dos serviços de extensão rural, a mercantilização das relações sociais consequentes à massiva incorporação ao crédito subsidiado é aparentemente irreversível.

As raízes deste processo estão na própria natureza do crédito oficial, que inclui componentes para a contratação de mão de obra e o aluguel ou compra de equipamentos agrícolas. A mão de obra, cujo preço é geralmente fixado acima da média oficial, dificilmente optará pela troca de serviços, que é gratuita e cada vez mais imprevisível. De modo análogo, o equipamento pode ser alugado, ou, caso seja adquirido, precisa ser amortizado. Ambos estes fatores inibem seu uso coletivo.

O erro da abordagem da assistência social está na suposição de que existe uma escassez de recursos. A pronta disponibilidade do crédito subsidiado solapou na prática as condições e costumes do trabalho coletivo. f: provável que os casos de ajuda mútua registrados ocorram em proporção inversa ao envolvimento com as estruturas do crédito oficial, e afetem especialmente os que recebem assistência técnica mas não o crédito. A este respeito, é significativo que o município de Canarana, depois de

³⁹ Cf. *Análise da ação social...*, *op. cit.*, p. 10.

Xique-Xique, tivesse a maior proporção de não-usuários de crédito do público do POLONORDESTE.

O crédito oficial estimula portanto uma crescente mercantilização dos vários elementos do processo de trabalho, especialmente a mão de obra, sob a forma de contratos temporários.

8. Modernização, mecanização e tecnologia alternativa

Como observamos acima, existe uma tendência de aumento na produção, produto de custos monetários crescentes, que por sua vez são produto das exigências do crédito oficial, e dos termos comerciais desfavoráveis aos produtos agrícolas. Em conjunturas favoráveis de mercado (ou, mais exatamente, na expectativa de preços favoráveis), a área cultivada também tende a aumentar, o que é possibilitado pela componente do crédito para contratação de trabalho, que estabelece uma relativa autonomia entre a área produzida e a disponibilidade de trabalho familiar.

No Capítulo anterior, examinamos os limites impostos a este processo e a predominância continuada do trabalho familiar. Observamos também uma tendência (ou desejo) de mecanização, como tentativa de restabelecer o controle do trabalho familiar sobre a produção e eliminar a dependência para com a mão de obra assalariada.

No caso de Irecê, porém, os itens do crédito de investimento aparentemente não indicam qualquer tendência em direção à mecanização. Embora uma significativa proporção de animais de tração (91) tenha sido comprada, há uma ausência quase absoluta de arados e grades (uma unidade cada), o que sugere, especialmente face ao grande número de carroças compradas (79), que estes animais fossem antes de tudo para transporte.

Contudo, relatórios preparados pela Comissão Agrícola do Estado,⁴⁰ e confirmados pela observação da região, mostram que o preparo de solo e o pré-plantio estão completamente mecanizados entre os pequenos produtores do POLONORDESTE. Tal prática contrasta agudamente com o conceito de “tecnologia apropriada” para o pequeno agricultor promovido pelo Banco Mundial, e incorporado às Diretrizes do Programa

⁴⁰ Cf. *Informe mensal de acompanhamento conjuntural*, CEPA-Ba, 1981.

POLONORDESTE.⁴¹ Neste contexto, define-se a tecnologia apropriada como a que visa a um emprego máximo do trabalho manual e de um nível de tecnologia que permita suprir as demandas do processo produtivo dentro dos limites do trabalho familiar.⁴²

As diretrizes do POLONORDESTE de 1981/82 em relação à mecanização são categóricas a este respeito:

2.2.3. Mecanização:

- a) Excluir a formação de unidades móveis de tratores;
- b) Promover a tração animal.

(Diretrizes gerais para programação, 1981/82)

No entanto, apesar de uma forte campanha local em favor da tração animal, pode-se dizer que a mecanização é universal na fase de pré-plantio. No caso do PEC/SR, também observamos uma preferência marcante pela tração mecânica ao invés da animal.

O conceito de tecnologia apropriada deriva da suposição de que a mão de obra deve ser fixada no setor agrícola, e deduz as propostas tecnológicas de simples cálculos da disponibilidade de mão de obra familiar.

Uma série de fatores, porém, sugere que tal procedimento é ineficaz, porque representa uma abstração artificial da forma de inserção específica do setor da pequena produção agrícola na macroestrutura socioeconômica.

Ao nível técnico do processo produtivo, o problema-chave do agricultor não é saber se pode preparar todo o terreno que planejou com base na tração animal, economizando assim equipamento e trabalho

contratado. O fator decisivo é a necessidade de realizar o serviço no menor tempo possível.

No caso de Irecê, isto significa preparar o terreno o mais proximamente possível da fase de plantio determinada pelas chuvas esparsas, de modo a evitar a germinação de ervas daninhas, que prejudicam a produtividade.

O recurso à mecanização independe de cálculos abstratos de custos relativos em comparação com a tração animal ou com as vantagens do trabalho familiar.

Pode ser também que a tração animal, envolvendo a compra de grades e arados e a manutenção de um cavalo ou boi o ano inteiro (os jegues, embora úteis para o transporte, não são usados na aração), tenha um custo global mais elevado, e, o que é mais importante, exija a conversão de terras potencialmente cultiváveis em pastos.

A concepção de uma necessidade de estimular a tecnologia trabalho-intensiva também tende a superestimar o lado da oferta do trabalho familiar. Como já vimos, particularmente no caso do PEC/SR, a quantidade média de mão de obra familiar disponível reduz-se basicamente a marido, esposa mais um jovem adulto.

A tarefa de arar a terra empregando tração animal exige especialização, e caberia naturalmente ao chefe da família. Mas, durante este período, o agricultor está cada vez mais envolvido em atividades fora do estabelecimento negociando o crédito, o que normalmente requer várias visitas às agências bancárias e de assistência técnica locais; comprando sementes e outros insumos para o ano agrícola que começa etc. Então, a mecanização poupadora de mão de obra facilitaria estas atividades fora do estabelecimento, multiplicadas pelo próprio processo de modernização.

A estes dois aspectos somam-se as características do crédito, que vão obstar diretamente a tentativa de impor condições técnicas diferentes ao pequeno agricultor, pois os custos da produção são calculados na base do emprego de mecanização. Assim, o crédito oficial contém uma componente para o aluguel de aração mecanizada.

Na realidade, os pressupostos do crédito oficial prejudicam diretamente qualquer tentativa de consolidar uma tecnologia apropriada. O

⁴¹ Cf. *Développement rural et technologie alternatives dans la stratégie de la Banque Mondiale*, Jean-Jaques Dravon, esp. p. 9 e seguintes, Groupe d'Etude des Relations Economiques Internationales (GEREI), Paris, 76. Para declaração oficial desta orientação pelo Banco, ver *Desarrollo rural: documento de política setorial*, Washington, 1975.

⁴² Cf. *Serviços de mecanização e a oferta de insumos* (Doc. n° 7, PDRI Paraguaçu), onde, apesar de reconhecer a necessidade de uma mecanização limitada, a equipe do Banco Mundial insiste em que, “de acordo com o projeto, a produção agrícola continuará a ser trabalho-intensivo e baseado na oferta de trabalho familiar”. A mecanização limitar-se-ia a tarefas não repetitivas, como limpeza de terrenos.

cálculo dos *Valores Básicos do Crédito de Custeio*, que se aplicam uniformemente para todo o Brasil (com certas adaptações para o Norte e Nordeste, para compensar variações nas estruturas de preços), estabelece uma correlação entre produtividade e o emprego de insumos modernos. A maior produtividade é calculada em dependência do uso das maiores quantidades de insumos modernos, e o empréstimo cedido e correspondentemente maior:

De acordo com os critérios estabelecidos na época de sua implantação, durante a safra 1979/80, os Valores Básicos de Crédito de Custeio variam segundo a produtividade de cada beneficiário. Assim, as culturas mais produtivas, que demandam maior dispêndio de fundos devido ao emprego de uma melhor tecnologia, receberão um *Valor Básico de Crédito de Custeio* mais elevado.⁴³

Embora isto não corresponda necessariamente à realidade (a fertilidade natural do solo e as condições climáticas favoráveis podem desempenhar um papel mais importante), a tendência de tal política é favorecer as regiões e fazendas onde os índices de produtividade e a incorporação de insumos modernos convergem mais.

O crédito oficial tende portanto ao estabelecimento de uma taxa de produtividade média que penaliza os que não a atingem. Além disso, esta produtividade corresponde à geração de uma “*mais-valia relativa*”, pois está baseada na promoção da máxima produtividade por unidade de trabalho despendida, e não, como no caso da tecnologia apropriada, na máxima quantidade de trabalho absoluto despendido.

Assim, o crédito oficial subordina a produção agrícola aos níveis técnicos alcançados pelos capitais agroindustriais, e estimula a produção agrícola na medida em que a sua produtividade não mais dependa dos caprichos da natureza, mas derive da subordinação do processo de trabalho aos meios de produção capitalista.

Deste modo, o conceito de tecnologia apropriada, da mesma forma que as tentativas já analisadas de promover formas não-mercantilizadas de relações sociais, não levam em conta a estrutura socioeconômica, que

⁴³ Comissão de Financiamento da Produção. Circular para julho de 1981.

estabelece as condições de sobrevivência da pequena produção agrícola nos termos da tecnologia gerada pelo setor agroindustrial.⁴⁴

9. Contradições básicas do processo de modernização

As contradições básicas envolvidas na modernização da agricultura familiar tradicional emergem mais claramente agora.

Vimos como as demandas extras advindas da incorporação ao crédito oficial tendem ao estabelecimento de padrões produtivos que ultrapassam a oferta de trabalho familiar da agricultura tradicional. A componente-trabalho do crédito resolve esta contradição permitindo a incorporação de trabalho contratado. Mas o elevado custo deste trabalho (em ambas as áreas examinadas, os salários eram significativamente mais altos que a componente-trabalho do crédito), e a incerteza de sua oferta, e o contraste de sua baixa produtividade com a do trabalho familiar, levam a que o agricultor se esforce por substituir a mão de obra contratada pela mecanização, visando a restaurar o controle do processo produtivo pela família. Esta tendência é estimulada pelas características específicas do crédito, que, como vimos, promove a absorção de insumos modernos.

Assim, a dinâmica desencadeada por esta incorporação ao crédito oficial, apesar dos esforços de se promover uma tecnologia apropriada, tende a provocar uma dependência estrutural da mecanização, ativamente estimulada pela componente do crédito destinada a este fim; contudo, o agricultor não tem condições de se apropriar destes novos meios de produção. Então a mecanização, apesar de liberar o agricultor da dependência para com o trabalho contratado, pelo menos em algumas fases do ciclo agrícola, não restaura o controle do trabalho familiar sobre o processo produtivo, mas lança o lavrador numa dependência ainda maior de tratores e equipamentos mecânicos, que são, em sua esmagadora maioria, propriedade de médios e grandes fazendeiros da região.

Em toda a região de Irecê, não há um caso sequer de um pequeno produtor recebendo crédito para a compra de um trator. Não se deve

⁴⁴ Embora isso seja mais difícil de calcular com precisão, o processo de modernização, que tem como uma de suas consequências a adoção de padrões “urbanos” de consumo (visível em Irecê, de modo típico, no florescimento do comércio de carros de segunda mão), aparentemente tenderia também a ocasionar uma desvalorização do trabalho manual em si mesmo, e predispor os agricultores a eliminar este seu trabalho via mecanização.

procurar a explicação disso nos termos de uma aliança entre os gerentes bancários locais e os médios e grandes fazendeiros, ansiosos por compensar a subutilização de suas máquinas com lucrativos arranjos de aluguel – embora seja isto o que ocorre na prática.⁴⁵ O que impede o recebimento de crédito pelo pequeno produtor para a compra de um trator é simplesmente a insuficiência de sua renda potencial para garantir sua capacidade de pagar o empréstimo nos limites tradicionais de tempo.

O Banco do Brasil, que é responsável por cerca de 80% dos empréstimos, baseia na verdade a sua cessão para a compra de tratores na exigência de uma área mínima de 60 hectares, bem superior à das maiores propriedades do público do POLONORDESTE. Os esforços para promover a compra de tratores em grupo têm sido infrutíferos, até agora, devido tanto à resistência dos bancos a esta forma de negócio, quanto à incerteza do pequeno agricultor quanto aos riscos desta responsabilidade partilhada. Os membros de um “grupo de produção”, após haverem formalmente decidido pela adoção da compra conjunta, procuraram individualmente o técnico da extensão rural e deixaram claro que o que realmente queriam era possuir um trator pessoalmente.

Aqui, também a atração do mercado de aluguel de tratores parece ser maior que o apelo ao uso coletivo sem fins de lucro, que pode acabar sendo mais dispendioso que o aluguel individual.

Podemos dizer então que o processo de modernização estabelece continuamente novos limites mínimos de tecnologia para a produção, que divorciam cada vez mais o pequeno agricultor de uma relação direta com seus meios básicos de produção – o trabalho familiar e a terra. O início do processo produtivo, e todas as suas fases subsequentes, agora devem ser necessariamente mediados por meios de produção adquiridos – sementes, pesticidas, trabalho contratado e maquinaria.

Com a incorporação dos tratores, atinge-se um novo estágio, ao qual o pequeno agricultor tem acesso radicalmente desigual em comparação com os médios e grandes fazendeiros seus vizinhos.

⁴⁵ Cf. o excelente estudo dos pequenos produtores de açúcar feito por Delma Pessanha Neves: *Lavradores e pequenos produtores de cana*, Zahar, 81, onde arranjos de aluguel semelhantes tendem a ser interpretados essencialmente como o mecanismo que permite se atinjam os novos níveis de tecnificação exigidos, sem que se explorem as contradições envolvidas nesses arranjos.

Isto ocorre porque, embora em certas fases do ciclo agrícola (por exemplo, aração e preparo da terra) haja uma flexibilidade de tempo suficiente para permitir o funcionamento de um sistema de aluguel,⁴⁶ isto não se dá em outras fases, estabelecendo-se assim uma grande vantagem para aqueles cujas fazendas têm tamanho suficiente para permitir a incorporação destes novos meios de produção.

Se tomarmos como exemplo a fase de plantio, este fator emerge com toda a clareza. A velocidade com que esta operação tem de ser levada a cabo, dado que a germinação ótima é determinada pelo regime das chuvas escassas da região, torna o aluguel de tratores inviável neste período.

Uma propriedade pequena requereria três pessoas trabalhando por três semanas para plantar 20 hectares manualmente. O plantio mecânico desta mesma área levaria apenas quatro dias. Logo, uma fazenda mecanizada poderia ter 100 ha cultivados nas mesmas três semanas,⁴⁷ empregando o trabalho de uma só pessoa. Deste modo o pequeno produtor, dada a escassez das chuvas e a necessidade de plantar quando o solo está suficientemente úmido para permitir a germinação, não só tem sua área limitada pela falta de acesso à mecanização, como também é ameaçado com uma menor produtividade, devido à sua maior dificuldade para completar o processo de plantio durante o período ótimo de umidade do solo.

Além disso, a especialização exigida na fase do plantio, conseqüente à adoção das técnicas de espaçamento e profundidade do cultivo trazidas pela extensão rural, torna arriscado o recurso à contratação de trabalho, aumentando a desvantagem do pequeno agricultor. As formas tradicionais de ajuda mútua são por vezes empregadas como meio de superar este impasse, mas tal opção está sendo rapidamente inviabilizada pela crescente mercantilização das relações de trabalho.

A situação crítica do pequeno produtor em processo de modernização fica plenamente visível neste exemplo da fase de plantio, e ainda mais clara quando consideramos a evolução do trabalho familiar.

⁴⁶ Mesmo assim, há uma onda de pânico a cada ano na fase de pré-plantio, e muitos pequenos agricultores têm sua produção ameaçada por atrasos e dificuldades para alugar maquinaria.

⁴⁷ Dados extraídos de *Sistemas de produção para feijão/milho/mamona*, Irecê, Bahia, EMATERBA, 1980.

Como já assinalamos, há relativa escassez de mão de obra familiar tanto no caso do PEC/SR quanto em Irecê. Além disso, o êxodo massivo de adultos jovens é uma ocorrência comum a todas as áreas rurais do Nordeste,⁴⁸ e parece que as áreas do POLONORDESTE não são exceção, como os dados da região de Paraguaçu indicam embora não haja dados específicos disponíveis a este respeito com relação a Irecê.

Tal êxodo não pode ser diretamente explicado em termos das atrações monetárias dos salários urbanos. Se tomarmos um lavrador típico do POLONORDESTE no município de Irecê que cultive 15 hectares, podemos calcular sua renda líquida como se segue:

Tabela 43 – Renda típica de um agricultor que cultive 15 ha – Irecê⁴⁹

Produtividade por ha em sacas		Preços mínimos por saca	Renda bruta	Pagamento do crédito	Renda líquida
		Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Feijão	11	3.150,00	705.485,00	430.100,00	275.385,00
Milho	15	735,00	–	–	–
Mamona	13	1.420,00	–	–	–

Calculando o salário mínimo básico igual a Cr\$ 10.000 por mês, a renda líquida seria equivalente a 2,3 salários mínimos por unidade familiar por mês. Se somarmos a isto os créditos levantados, veremos que a renda do estabelecimento, em anos favoráveis, é de sobra suficiente para prover um salário mínimo *per capita*.⁵⁰

⁴⁸ Sobre a região de Paraguaçu, cf. *Pequenos produtores rurais na bacia de Paraguaçu, op. cit.*, onde a ausência de adultos jovens é encarada como típica dos pequenos estabelecimentos agrícolas. Cf. também o estudo da CPE/BAHIA na mesma região, citado no Capítulo Quarto.

⁴⁹ Produtividade baseada nos dados da EMATERBA para a safra de 1979/80.

⁵⁰ Em seu artigo “A tecnificação dos pequenos produtores em São Paulo” (mimeo, sem data), Juarez Brandão Lopes afirma que a modernização tende “inexoravelmente” a uma equalização na remuneração salarial dos setores capitalistas e de pequena produção agrícola. Com isto, ele muda a posição que, defendera em seu artigo do CEBRAP sobre o mesmo tema intitulado “Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo”, onde explica a competitividade do pequeno produtor em termos de superexploração e subconsumo. Porém, embora aceite a tendência do desenvolvimento de um salário-mínimo *per capita* no setor da pequena produção em processo de modernização, ele não explica por que o pequeno produtor não opta pelo emprego assalariado no setor capitalista, exceto nos termos puramente subjetivos da relação do pequeno agricultor com a terra. Porém, se reconhecermos que o trabalho familiar não é remunerado, e que toda a renda

Contudo, a característica típica do trabalho familiar é ser não-remunerado. Além disso, a renda líquida surge na forma de ganhos obtidos com a venda das colheitas, e é apropriada pelo chefe da família.

Nossa hipótese, então, é de que as características específicas do trabalho familiar não permitem a transformação da renda líquida numa forma de salário regular para o adulto jovem. Uma tal transformação do trabalho familiar não-remunerado de modo a comportar uma remuneração regular em salário seria o equivalente à contratação de um trabalhador permanente.

Assim, ao chegar à idade adulta, o jovem trabalhador, ao invés de ser transformado no equivalente a um trabalhador assalariado permanente, é substituído por um trabalhador temporário, fenômeno paralelo à substituição dos trabalhadores permanentes pelos temporários nas *plantations*, quando aqueles começaram a se transformar numa mão de obra predominantemente assalariada. Deste modo, o êxodo dos adultos jovens reflete na prática uma forma de resistência passiva à apropriação contínua de seu trabalho não-remunerado. Frente a isso, o chefe da família começa por intensificar o emprego do trabalho infantil combinado com o trabalho contratado temporário, e depois, na medida do possível, substitui a ambos pela mecanização.

A mecanização, por sua vez, representa não só uma redução da dependência para com o trabalho contratado, mas também uma substituição do trabalho familiar. Mais que isso: ao individualizar o processo de trabalho, o chefe de família com seu trator elimina o caráter coletivo do processo de produção, destruindo a lógica do trabalho agrícola familiar tradicional.

Embora as contradições específicas que envolvem o pequeno agricultor do Nordeste se expressem em sua incapacidade de completar o processo de modernização apropriando-se dos elementos da nova tecnologia mínima exigida, é importante ressaltar que a mecanização, longe de restaurar a autonomia da unidade agrícola familiar, cria um novo processo de trabalho individualizado que rompe a unidade familiar

líquida (i.é, uma média de três salários-mínimos) fica nas mãos do chefe de família, poderemos explicar mais claramente a persistência do pequeno produtor, e, como expomos no texto, o êxodo dos jovens adultos.

tradicional, transformando os membros antes complementares de uma família em simples consumidores de trabalho não-familiar.⁵¹

10. Conclusão

O exemplo de Irecê permite-nos assim apreender as contradições estruturais da estratégia de modernização. Como vimos anteriormente, a produtividade aumentada não compensa de modo algum a exiguidade das áreas cultiváveis; logo, não pode tornar viáveis as propriedades muito pequenas. As maiores dentre as pequenas propriedades respondem à estratégia de modernização com uma dependência crescente de meios de produção adquiridos, cujo custo desfavorável em relação aos preços dos produtos agrícolas força uma contínua expansão na área cultivada.

Este processo aumenta a dependência estrutural para com o trabalho contratado, que também é estimulada pela componente contratação de mão de obra incluída no crédito subsidiado. Tal componente permite que a produção seja definida em termos relativamente independentes das reservas de trabalho familiar.

No entanto, a eficiência do trabalho manual decresce em proporção ao aumento da área cultivada. Os esforços para resolver este problema via formas de tecnologia alternativa são anulados pela inserção dos pequenos produtores na estrutura socioeconômica dominante, e pelas características do crédito oficial, que promove a tecnificação de acordo com as determinações da agroindústria.

Contudo, a plena mecanização é impedida pelos baixos níveis da renda agrícola que pode ser gerada em áreas cultiváveis restritas. Então, o agricultor semimodernizado, incapaz de completar a mecanização de seu processo produtivo, só pode incorporar novas áreas na base de uma eficiência decrescente.

Em consequência, ele se torna cada vez mais vulnerável às pressões exercidas pelos médios e grandes fazendeiros sobre os preços de aluguel do equipamento agrícola, num contexto de rápida valorização da terra que vai se acelerar ainda mais com o avanço da mecanização a outras fases do ciclo

⁵¹ Dada a falta de um mercado de trabalho desenvolvido no meio rural, isto só pode levar a uma aceleração do êxodo rural, o que frustra um dos objetivos centrais da estratégia do POLONORDESTE – a fixação da mão de obra no campo.

agrícola (particularmente a colheita, para a qual já estão sendo experimentadas novas máquinas combinadas).

Este grande aumento nos preços da terra durante os anos 70 foi produto das oportunidades para a agricultura em média e grande escala subsidiada pelos canais normais do crédito oficial, e não uma consequência direta do programa POLONORDESTE.

Os elevados preços da terra – Cr\$ 100.000 por hectare, cerca de 40% da renda líquida potencial de uma propriedade de 10 ha na região – não permitem ao pequeno produtor expandir sua produção, impossibilitando-o assim de mecanizar o processo de trabalho.

O maior beneficiário da modernização em Irecê continua sendo portanto o médio/grande fazendeiro. Na safra de 1980/81, cerca de 50% da área cultivada continuaram a pertencer a propriedades de mais de 50 ha, apesar do aumento sem precedentes no número dos usuários do crédito do POLONORDESTE, e dos cinco anos de intervenção do Programa na área.

Embora o padrão dos acontecimentos futuros em Irecê não esteja claro, particularmente face às secas periódicas que tomam a agricultura subsidiada extremamente dispendiosa,⁵² a estratégia modernizadora criou novas contradições para o setor da pequena produção agrícola, e, ao interpor meios de produção capitalista entre o produtor direto e sua terra, destruiu o caráter tradicionalmente familiar do processo de trabalho.

O resultado é uma grande instabilidade para o setor produtivo. A subordinação aos ritmos de produção determinados pelo setor agroindustrial, ao invés de criar novas bases de reprodução para o setor da pequena produção agrícola tradicional do Nordeste, ameaça-o com a

⁵² A Extensão Rural vem ultimamente promovendo culturas mais resistentes a seca na área, e a CODEVASF está elaborando um grande projeto de irrigação, abrangendo cerca de 400.000 ha que pode muito bem transformar o caráter da agricultura na região pela promoção do cultivo da cana-de-açúcar irrigada para o PROÁLCOOL, às expensas das culturas alimentares básicas.

dissolução em favor de fazendas médias e grandes, onde os proprietários operam a maquinaria moderna.⁵³

Parece haver então poucas perspectivas para um processo orgânico de modernização no contexto da pequena produção agrícola nordestina.

⁵³ Embora se costume identificar este setor como sendo o da agricultura capitalista, estes fazendeiros são essencialmente proprietários que participam diretamente do processo produtivo operando máquinas, e empregando apenas trabalho temporário, de um modo semelhante ao dos “pequenos” agricultores. A caracterização deste setor necessita ser feita urgentemente. Ao invés de “fazendeiros capitalistas” eles podem representar a variante nordestina da agricultura familiar modernizada.